



Fórum Amazônia Sustentável

Carta de Alter

5 de setembro, 2022

Dia da Amazônia





Sumário

Apresentação	3
Propostas	5
Premissas e Valores	6
Anexo I	10
Detalhamento das propostas	11
Referências	18
Lista de painelistas do encontro	21
Organizações envolvidas na construção desta Carta	22
Comitê Organizador do Fórum e Patrocinadores	23

Apresentação

A conservação da Floresta Amazônica é uma questão global urgente. O Brasil, que havia mostrado impressionante redução no desmatamento da Amazônia – de mais de 80% no período entre 2004 e 2012 –, tem visto o curso desse avanço revertido nos últimos anos. Desde 2019, o desmatamento teve um crescimento expressivo, e hoje podemos observar uma perda acumulada de área de floresta de cerca de 21%. Essa situação faz com que a Amazônia esteja muito próxima de um ponto de não retorno. Além disso, nos últimos anos se intensificaram não somente a pressão constante ao bioma amazônico, mas também as ameaças e os ataques aos seus povos e comunidades tradicionais. Um dos indicadores que traduzem essa ameaça é a área ocupada pelo garimpo dentro de terras indígenas. De acordo com um levantamento realizado pelo MapBiomas, entre 2010 e 2020, essa área se expandiu de forma violenta em 495%. O aumento dos assassinatos de indígenas também é gritante. De acordo com o Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil, somente entre 2019 e 2020, houve um crescimento de 61% nos casos de assassinatos de indígenas.

Diante desse contexto, o Fórum Amazônia Sustentável é uma das iniciativas que procura contribuir para a conservação e o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região Amazônica. Estabelecido em 2007 e mantido ativo até 2013, o Fórum tinha a missão de mobilizar lideranças dos diversos segmentos da sociedade, promovendo o diálogo e a cooperação para construir e articular ações, visando uma Amazônia justa e sustentável. Reativado em 2019, durante a Conferência Ethos, em Belém/PA, o Fórum Amazônia Sustentável então se estabelece como uma plataforma de diálogo e colaboração inter e multissetorial para conectar e potencializar iniciativas, soluções e propostas para uma Amazônia sustentável; criar uma agenda comum para a Amazônia; e incidir em políticas públicas e promover o debate público de alto nível para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Atualmente, o Fórum é coordenado por nove organizações, que formam o Comitê Organizador: Instituto Ethos, Instituto Socioambiental, Projeto Saúde e Alegria, Natura, Fundação Konrad Adenauer, Conselho Nacional dos Seringueiros/ Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Reos Partners.



Desde o seu ressurgimento, o Fórum vem trabalhando com três focos principais: (i) a proteção e a segurança da floresta, dos territórios e dos povos e comunidades amazônidas; (ii) o fortalecimento da sociobioeconomia e a manutenção da floresta em pé; e (iii) a construção e a mobilização em torno de posicionamentos comuns para eventos estratégicos, como as Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (COPs), eleições federais e estaduais de 2022, entre outros.

Para avançar nesses focos, pessoas e organizações vinculadas ao Fórum Amazônia Sustentável reuniram-se em Alter do Chão/PA, entre 6 e 9 de julho de 2022. Durante o encontro, povos e comunidades amazônidas, empresas, acadêmicos e organizações da sociedade civil compartilharam de um espaço de diálogo qualificado, aprofundaram os entendimentos de suas perspectivas, práticas e posicionamentos e identificaram e fortaleceram sinergias entre as várias iniciativas que contribuem para uma Amazônia justa, sustentável e regenerativa. Como um dos resultados, os envolvidos produziram este documento, a Carta de Alter do Fórum Amazônia Sustentável, dirigido à sociedade brasileira, com a intenção de contribuir para os debates do processo eleitoral, assim como para o desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas e políticas públicas e privadas.

A seguir, este documento consolida as premissas, valores e propostas discutidas pelos participantes durante o encontro do Fórum. Na próxima seção, são apresentadas as propostas resumidas. No Anexo I do documento, encontra-se o texto com o detalhamento em subitens.

Propostas



Fórum

Premissas e valores

Para mantermos a floresta em pé, precisamos que seus defensores, os povos e comunidades tradicionais, tenham seus direitos constitucionais garantidos, com proteção dos territórios e respeito à sua autodeterminação. Além disso, partimos do princípio de que a floresta é a principal infraestrutura da Amazônia. Dessa forma, elaboramos 14 propostas, tendo como base as seguintes premissas e valores:

- Garantir o protagonismo das comunidades tradicionais da Amazônia nas tomadas de decisão em espaços de diálogo e concertação;
- Garantir o respeito aos povos da floresta e suas tradições; e
- Garantir a conectividade e a diversidade ambiental e social, referendando as propostas prioritárias da Carta de Alter, elaborada pelo Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental.

1. Retomar as políticas relacionadas à prevenção e ao controle do desmatamento.

Entre 2004 e 2012, o desmatamento na Amazônia foi reduzido significativamente. Contudo, desde 2019, houve um crescimento expressivo devido a diversos fatores. É preciso demonstrar que as instituições estatais estão outra vez alinhadas com uma política de tolerância zero ao desmatamento e crimes ambientais, sobretudo na Amazônia. Para isso, é necessário retomar ações comprovadamente efetivas, associadas à capacidade de comando e controle. A transparência dos dados governamentais deve andar lado a lado com o recrudescimento do monitoramento e da fiscalização ambiental.

2. Remover invasores das áreas protegidas. Atividades ilegais têm ameaçado a manutenção da integridade de terras indígenas, territórios quilombolas e demais áreas legalmente protegidas. É necessário garantir os direitos constitucionais, a proteção dos territórios e o respeito à autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais.

3. Combater a violência e proteger os povos e comunidades tradicionais. É imprescindível

dível combater a violência em suas diversas formas e em diferentes espaços. Seja no ambiente rural ou urbano, as violências física, psicológica, digital e espiritual precisam ser eliminadas. Além disso, é urgente garantir a segurança para as lideranças defensoras da Floresta Amazônica e seus familiares.

4. Revogar normativas que causam retrocessos socioambientais. Nos últimos anos, ocorreram diversos retrocessos nas políticas sociais e ambientais brasileiras, tais como o Decreto 9.760, de 2019, que dificulta a cobrança de multas e contribui para a impunidade de crimes ambientais, e o Projeto de Lei 191, de 2020, que libera diversas atividades econômicas em terras indígenas. É necessário revisar e revogar o conjunto de regulamentos socioambientais, nas três esferas da federação, que retiram direitos dos povos e comunidades tradicionais e favorecem o uso ilegal da terra e de seus recursos.

5. Demarcar territórios dos povos e comunidades tradicionais. É necessário garantir os direitos constitucionais conquistados, por meio da proteção dos territórios e do respeito à autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Atualmente, a demarcação de terras indígenas e a titulação de quilombos cessou, havendo incentivos contrários, em direção à ampliação da grilagem. Como se sabe, as áreas protegidas constituem um instrumento eficaz para conservar a integridade dos ecossistemas e os serviços ambientais associados, além de assegurar os direitos e a cultura das populações amazônicas. Dessa forma, é urgente a retomada da demarcação de terras indígenas e dos povos e comunidades tradicionais e a destinação das terras públicas aos povos e comunidades tradicionais.

6. Implementar políticas públicas que garantam a integridade dos rios e a regulamentação dos territórios pesqueiros. O futuro da Amazônia depende não somente da manutenção da floresta em pé, mas também dos seus rios fluindo. Os rios são fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, assim como para a vida das pessoas que habitam a região, desempenhando um papel central no transporte, na alimentação e na cultura dos amazônicos.

7. Fortalecer e valorizar as cadeias produtivas e iniciativas da sociobiodiversidade de comunidades. Além de frear as ações que contribuem para a destruição da Amazônia, é necessário fomentar as atividades produtivas sustentáveis na região, demonstrando que a floresta vale mais em pé do que derrubada. Nesse sentido, é imprescindível que

haja estímulo ao desenvolvimento de cadeias de valor inclusivas, por meio de capacitações, acesso a crédito e ampliação dos mecanismos de comercialização. Além disso, a combinação de diferentes produtos e serviços associados à sociobiodiversidade é essencial para o reconhecimento e a remuneração adequada das contribuições proporcionadas pela floresta. Dessa forma, é necessário implementar mecanismos como repartição de benefícios e pagamento por serviços ambientais, além da promoção de incentivos fiscais.

8. Fortalecer infraestruturas justas e inclusivas, adaptadas ao contexto e às necessidades locais. Nas últimas décadas, obras de infraestrutura serviram para sustentar um modelo de exploração predatória na Amazônia. Um novo modelo, que considere a floresta como a principal infraestrutura, é necessário. Por meio dele, deve-se fomentar a economia do cuidado e a organização social coletiva, buscando assim oferecer acesso a serviços básicos às comunidades locais, tais como água, saneamento, internet, saúde, transporte, comunicação, educação e energia. Somente dessa forma será possível promover um uso sustentável da sociobiodiversidade florestal.

9. Desenvolver uma nova educação e um sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) que garantam competências e práticas para o desenvolvimento local. O fortalecimento do ensino na região pressupõe pensar a Amazônia com pessoas que vivem e fazem pesquisa localmente. Para que isso aconteça, é urgente que haja mais recursos e investimentos para ensino e pesquisa na região.

10. Promover a inclusão qualificada de jovens na atividade econômica local. Na Amazônia, as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho são superiores quando comparadas ao resto do país, colocando em risco as oportunidades trazidas pelo aumento da população local em idade ativa para o trabalho. É necessário gerar condições para uma educação de qualidade, assim como para a oferta de empregos que potencializem os talentos locais.

11. Desenvolver cidades inclusivas que gerem melhor qualidade de vida para todos. A Amazônia passou por um processo intenso de urbanização, enfrentando desafios que demandam articulações em diversos níveis nacionais e internacionais. Entre os desafios essenciais, está a oferta de serviços urbanos básicos. Além disso, o fortalecimento das redes de cidades para conservação da floresta é um caminho promissor para o desenvolvimento local.

12. Combater a fome, articulando a destinação de terras com a inclusão produtiva sustentável. É preciso combater a insegurança alimentar e nutricional na Amazônia. A busca por soluções passa pelo fortalecimento integrado das comunidades, para que possam produzir e comercializar de forma sustentável seus alimentos. Mecanismos que facilitem a integração entre a produção e o consumo e entre as áreas rurais e urbanas são necessários para o melhor aproveitamento do potencial local.

13. Fortalecer as instituições estatais e lideranças e organizações dos povos e comunidades tradicionais. É imprescindível revigorar o arranjo institucional de promoção das políticas sociais e ambientais, reequilibrando as responsabilidades das instituições estatais e dos atores sociais.

14. Colocar a política climática no centro do poder. A pauta climática e socioambiental não deve se restringir ao Ministério do Meio Ambiente. Para que sua promoção esteja à altura da ambição necessária para limitar o aquecimento global em 1,5 °C até o final deste século, deve haver coordenação interinstitucional e interministerial.

As organizações envolvidas no desenvolvimento desta carta se comprometem a fortalecer os esforços pela implementação dessas propostas, como forma de garantir as condições para que a Amazônia supere o ponto de não retorno e possa ser um espaço seguro de bem viver para suas populações, ao tempo que contribui para o equilíbrio climático global.

Anexo I



Detalhamento das propostas

1. Retomar as políticas relacionadas à prevenção e ao controle do desmatamento.

Entre 2004 e 2012, o desmatamento na Amazônia foi reduzido significativamente. Contudo, desde 2019, houve um crescimento expressivo devido a diversos fatores. É preciso demonstrar que as instituições estatais estão outra vez alinhadas com uma política de tolerância zero ao desmatamento e crimes ambientais, sobretudo na Amazônia. Para isso, é necessário retomar ações comprovadamente efetivas, associadas à capacidade de comando e controle. A transparência dos dados governamentais deve andar lado a lado com o recrudescimento do monitoramento e da fiscalização ambiental.

- 1.1 Retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), com o status de um programa interministerial;
- 1.2 Retomada imediata do Fundo Amazônia;
- 1.3 Priorização de operações de fiscalização que façam o rastreamento das cadeias produtivas;
- 1.4 Garantia da transparência de dados governamentais;
- 1.5 Aprimoramento das tecnologias de monitoramento e controle, com a integração dos sistemas de dados federais e estaduais;
- 1.6 Garantia de quadros qualificados para os cargos de chefia nos órgãos ambientais federais;
- 1.7 Vedação total de crédito para atividades ilegais;
- 1.8 Desenvolvimento de uma estratégia para assentamentos;
- 1.9 Estabelecimento de acordos internacionais para o controle integrado de produtos frutos de atividades ilegais.

2. Remover invasores das áreas protegidas. Atividades ilegais têm ameaçado a manutenção da integridade de terras indígenas, territórios quilombolas e demais áreas legalmente protegidas. É necessário garantir os direitos constitucionais, a proteção dos territórios e o respeito à autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais.

- 2.1 Ação imediata para desintrusão das áreas protegidas invadidas;
- 2.2 Rastreamento da comercialização de maquinários e produtos químicos usados em atividades extrativistas com impacto negativo sobre a conservação da biodiversidade;
- 2.3 Verificação das licenças ambientais dos garimpos;
- 2.4 Recuperação das áreas degradadas pelo garimpo ilegal;
- 2.5 Criação de alternativas sustentáveis de geração de renda para as pessoas que vivem nas áreas do garimpo.

3. Combater a violência e proteger os povos e comunidades tradicionais. É imprescindível combater a violência em suas diversas formas e em diferentes espaços. Seja no ambiente rural ou urbano, as violências física, psicológica, digital e espiritual precisam ser eliminadas. Além disso, é urgente garantir a segurança para as lideranças defensoras da Floresta Amazônica e seus familiares.

- 3.1 Incentivo à oferta de formações em segurança digital para povos e comunidades tradicionais;
- 3.2 Combate às ilegalidades e ao crime organizado, por meio de ações anticrime integradas;
- 3.3 Oferta de segurança pública eficaz e sem racismo estrutural.

4. Revogar normativas que causam retrocessos socioambientais. Nos últimos anos, ocorreram diversos retrocessos nas políticas sociais e ambientais brasileiras, tais como o Decreto 9.760, de 2019, que dificulta a cobrança de multas e contribui para a impunidade de crimes ambientais, e o Projeto de Lei 191, de 2020, que libera diversas atividades econômicas em terras indígenas. É necessário revisar e revogar o conjunto de regulamentos socioambientais, nas três esferas da federação, que retirem direitos dos povos e comunidades tradicionais e favoreçam o uso ilegal da terra e de seus recursos.

5. Demarcar territórios dos povos e comunidades tradicionais. É necessário garantir os direitos constitucionais conquistados, por meio da proteção dos territórios e do respeito à autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Atualmente, a demarcação de terras indígenas e a titulação de quilombos cessou, havendo incentivos contrários, em direção à ampliação da grilagem.

Como se sabe, as áreas protegidas constituem um instrumento eficaz para conservar a integridade dos ecossistemas e os serviços ambientais associados, além de assegurar os direitos e a cultura das populações amazônicas. Dessa forma, é urgente a retomada da demarcação de terras indígenas e dos povos e comunidades tradicionais e a destinação das terras públicas a povos e comunidades tradicionais.

- 5.1 Manutenção do direito adquirido originário dos povos e comunidades tradicionais;
- 5.2 Retomada imediata dos processos de demarcação de terras;
- 5.3 Garantia do direito à consulta livre, prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas negociações em projetos públicos e privados, em especial de infraestrutura. Faz-se necessário criar e implementar mecanismos para assegurar que os protocolos de consulta já desenvolvidos sejam implementados;
- 5.4 Elaboração de estudos para a demarcação, especialmente dos povos isolados;
- 5.5 Garantia de que os membros das câmaras técnicas de destinação de terras públicas tenham acesso a estudos e voto em todos os casos, em especial os de conflitos, sobreposições e outras situações que precisem da análise coletiva;
- 5.6 Execução de um ordenamento territorial participativo para destinação de terras públicas.

6. Implementar políticas públicas que garantam a integridade dos rios e a regulamentação dos territórios pesqueiros. O futuro da Amazônia depende não somente da manutenção da floresta em pé, mas também dos seus rios fluindo. Os rios são fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, assim como para a vida das pessoas que habitam a região, desempenhando um papel central no transporte, alimentação e cultura dos amazônicos.

- 6.1 Manutenção e recuperação de matas ciliares e áreas de nascentes;
- 6.2 Combate às fontes de poluição;
- 6.3 Regulação da atividade de piscicultura;
- 6.4 Readequação da regulamentação da pesca esportiva;
- 6.5 Proibição da entrada de mercúrio na Amazônia.

7. Fortalecer e valorizar as cadeias produtivas e iniciativas da sociobiodiversidade de comunidades. Além de frear as ações que contribuem para a destruição da Amazônia, é necessário fomentar as atividades produtivas sustentáveis na região, demonstrando que a floresta vale mais em pé do que derrubada. Nesse sentido, é imprescindível que haja estímulo ao desenvolvimento de cadeias de valor inclusivas, por meio de capacitações, acesso a crédito e ampliação dos mecanismos de comercialização. Além disso, a combinação de diferentes produtos e serviços associados à sociobiodiversidade é essencial para o reconhecimento e a remuneração adequada das contribuições proporcionadas pela floresta. Dessa forma, é necessário implementar mecanismos como repartição de benefícios e pagamento por serviços ambientais, além da promoção de incentivos fiscais.

7.1 Fortalecimento de iniciativas por meio da oferta de capacitações e crédito, além da facilitação do acesso às políticas de compras públicas;

7.2 Qualificação e integração da base de dados sobre as cadeias da sociobiodiversidade;

7.3 Estímulo à cadeia de valor sustentável através, por um lado, da ampliação da comercialização de produtos da sociobiodiversidade, pautados no mercado justo, ético e transparente, e por outro, do acesso a tecnologias inteligentes e de baixa intensidade energética que promovam escoamento amplo e sustentável desses produtos;

7.4 Criação de mecanismos para que a repartição de benefícios chegue diretamente na ponta, com baixo custo de transação;

7.5 Fortalecimento de negócios comunitários que promovam a regeneração florestal;

7.6 Implementação de políticas públicas para a bioeconomia da sociobiodiversidade, por meio da promoção de incentivos fiscais, mecanismos simplificados de rastreio e implementação da lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);

7.7 Promoção de investimento para a economia criativa;

7.8 Elaboração de políticas e estratégias para a melhoria da eficiência agrícola e aumento da produtividade nas áreas agricultáveis já consolidadas da Amazônia, de modo a produzir mais com menos terra, reduzindo o desmatamento e a pressão sobre áreas protegidas.

8. Fortalecer infraestruturas justas e inclusivas, adaptadas ao contexto e às necessidades locais. Nas últimas décadas, obras de infraestrutura serviram para sustentar um modelo de exploração predatória na Amazônia. Um novo modelo, que considere a floresta como a principal infraestrutura, é necessário. Por meio dele, deve-se fomentar a

economia do cuidado e a organização social coletiva, buscando assim oferecer acesso a serviços básicos às comunidades locais, tais como água, saneamento, internet, saúde, transporte, comunicação, educação e energia. Somente dessa forma será possível promover um uso sustentável da sociobiodiversidade florestal.

9. Desenvolver uma nova educação e um sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) que garantam competências e práticas para o desenvolvimento local. O fortalecimento do ensino na região pressupõe pensar a Amazônia com pessoas que vivem e fazem pesquisa localmente. Para que isso aconteça, é urgente que haja mais recursos e investimentos para o ensino e pesquisa na região.

9.1 Fomento à pesquisa, com recursos voltados ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas para aperfeiçoar e viabilizar a organização da produção local;

9.2 Valorização de conhecimentos tradicionais e diálogo com conhecimentos científicos;

9.3 Desenvolvimento de cursos e formações relevantes para as populações locais.

10. Promover a inclusão qualificada de jovens na atividade econômica local. Na Amazônia, as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho são superiores quando comparadas ao resto do país, colocando em risco as oportunidades trazidas pelo aumento da população local em idade ativa para o trabalho. É necessário gerar condições para uma educação de qualidade, assim como para a oferta de empregos que potencializem os talentos locais.

10.1 Fornecimento de educação de qualidade em áreas urbanas e rurais;

10.2 Promoção de educação profissionalizante;

10.3 Concessão de bolsas para estudantes da região;

10.4 Geração de empregos para os jovens, baseados na promoção da floresta em pé.

11. Desenvolver cidades inclusivas que gerem melhor qualidade de vida para todos. A Amazônia passou por um processo intenso de urbanização, enfrentando desafios que demandam articulações em diversos níveis nacionais e internacionais. Entre os desafios essenciais, está a oferta de serviços urbanos básicos. Além disso, o fortalecimento das redes de cidades para conservação da floresta é um caminho promissor para o desenvolvimento local.

- 11.1 Fortalecimento das redes de cidades para conservação da floresta;
- 11.2 Ampliação das coberturas vegetais de áreas urbanas e ocupação de terrenos ociosos;
- 11.3 Melhoria da gestão dos sistemas hídricos.

12. Combater a fome, articulando a destinação de terras com a inclusão produtiva sustentável. É preciso combater a insegurança alimentar e nutricional na Amazônia. A busca por soluções passa pelo fortalecimento integrado das comunidades, para que possam produzir e comercializar de forma sustentável seus alimentos. Mecanismos que facilitem a integração entre a produção e o consumo e entre as áreas rurais e urbanas são necessários para o melhor aproveitamento do potencial local.

- 12.1 Fortalecimento das comunidades para um desenvolvimento socioambiental integrado, incluindo acesso a crédito e canais de comercialização;
- 12.2 Incentivo a práticas agroecológicas de produção e manejo;
- 12.3 Promoção de políticas públicas com base na agricultura familiar (assistência técnica, compras públicas, manutenção de estoques reguladores e distribuição de excedentes);
- 12.4 Melhoria da merenda escolar através da priorização do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por práticas sustentáveis de produção e manejo de alimentos.

13. Fortalecer as instituições estatais e lideranças e organizações dos povos e comunidades tradicionais. É imprescindível revigorar o arranjo institucional de promoção das políticas sociais e ambientais, reequilibrando as responsabilidades das instituições estatais e dos atores sociais.

- 13.1 Combate ao esvaziamento e sucateamento das instituições de fiscalização (ex.: ICMBio, FUNAI, INCRA), suporte e regulação nas três esferas federativas;
- 13.2 Fortalecimento de estruturas de licenciamento ambiental para que possam efetuar rotinas de fiscalização e acompanhamento pós-licença;
- 13.3 Garantia de espaços de gestão compartilhada e controle social;
- 13.4 Composição de quadro de colaboradores do serviço público alinhados às prioridades e necessidades dos povos e comunidades tradicionais;
- 13.5 Fortalecimento da participação dos povos e comunidades tradicionais nos colegiados de gestão e demais espaços políticos de decisão.

14. Colocar a política climática no centro do poder. A pauta climática e socioambiental não deve se restringir ao Ministério do Meio Ambiente. Para que sua promoção esteja à altura da ambição necessária para limitar o aquecimento global em 1,5 °C até o final deste século, deve haver coordenação interinstitucional e interministerial.

14.1 Estímulo à pactuação federativa de metas, esforços e recursos na área climática;

14.2 Envio de nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU), corrigindo a pedalada climática do governo atual;

14.3 Instituição de um programa de metas para 2025, focado na redução das emissões para atrair e direcionar investimentos maciços para a criação de novos empregos de baixo carbono;

14.4 Restauração dos canais de diálogo entre governo e sociedade.

Referências

Adeodato, S. (2020). [Educação transformadora.](#)

Amazônia 2030. (Alfenas, F., Cavalcanti, F. e Gonzaga, G.) [Mercado de trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil.](#)

Amazônia 2030. [A educação profissional na Amazônia Legal.](#)

Amazônia 2030. [Apresentação Beto Veríssimo.](#)

Amazônia 2030. [Fatos da Amazônia: Volume 1](#)

Azevedo, A., Alencar, A., Moutinho, P., Ribeiro, V., Reis, T., Stabile, M., & Guimarães, A. (2017). Overview of Amazon Deforestation in 2016.

<https://ipam.org.br/bibliotecas/overview-of-amazon-deforestation-in-2016/>

Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura. [Apresentação durante a oficina.](#)

Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura. [Recomendações para a COP 26.](#)

Conselho Indígena de Roraima (CIR). [Apresentação Davison Buckley.](#)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). [Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2020.](#)

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). [Apresentação Júlio Barbosa.](#)

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). [Apresentação José Carlos Galiza.](#)

Departamento de engenharia de computação e sistemas digitais da USP. [Paideia.](#)

Encontro Amazônico da SocioBiodiversidade (CNS, COIAB, CONAQ, MIQCB, COICA, ANA



Amazônia e CONFREM). [Carta da Amazônia 2021](#): Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras reunidos no Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade

Fórum Amazônia Sustentável. [Convergências entre posicionamentos de coalizões multissetoriais para a COP26](#).

Fórum Social Panamazônico. [Carta Encontro de Saberes-Amazônia e Mudanças Climáticas](#). Grupo de Bioeconomia da Concertação pela Amazônia. [O valor da diversidade para a bioeconomia](#).

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). [Apresentação Joci Aguiar](#).

GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental. [Carta de Alter](#).

Imaflora e Instituto Socioambiental. [Mapeamento dos retrocessos de transparência e participação social na política ambiental brasileira – 2019-2020](#).

Inpe. [Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite – Projeto Prodes](#).

Instituto Escolhas. [Raio X do Ouro](#).

Instituto Socioambiental (Oviedo, A., Lima, W.P., Augusto, C.). [O arco do desmatamento e suas flechas](#).

Instituto Talanoa. [Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030](#).

Mapbiomas. [Apresentação](#) Tasso Azevedo.

Munduruku. [Apresentação Alessandra Munduruku](#).

Natura. [Apresentação Priscila Matta](#).

Nobre, I., & Nobre, C. A. (2018). The Amazonia third way initiative: the role of technology to unveil the potential of a novel tropical biodiversity-based economy. In *Land Use-Assessing the Past, Envisioning the Future*. IntechOpen.



Observatório da economia da sociobiodiversidade. [Recomendações de políticas para o desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade.](#)

Observatório do Clima. [Apresentação Suely Araújo.](#)

Observatório do Clima. Brasil: [1.000 dias de destruição: Como Jair Bolsonaro se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.](#)

Observatório do Clima. [Brasil 2045 – construindo uma potência ambiental.](#)

Política por Inteiro. [8 Propostas para o Brasil virar o jogo na agenda climática em 2023-2026.](#)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas. [Diretrizes para a construção conceitual da bioeconomia no Amazonas.](#)

Uma Concertação pela Amazônia. [Uma Agenda pelo Desenvolvimento da Amazônia.](#)

World-Transforming Technologies (WTT) e Fundação Konrad Adenauer (KAS). [Apresentação André Wongtschowski.](#)

WWF. [Jovens ribeirinhos do médio Juruá produzem e lançam livros educativos.](#)

Lista de painelistas do Encontro

Adriana Ramos	Instituto Socioambiental (ISA)
Alessandra Munduruku	Povo Munduruku
Ana Carolina Abreu	Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS) Brasil
Ana Rosa Cyrus	Engajamundo
Andre Wongtschowski	World Transforming Technologies (WTT)
Beto Verissimo	Imazon
Caetano Scannavino	Projeto Saúde & Alegria (PSA)
Caio Magri	Instituto Ethos
Carmen Leimann-López	Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS) Brasil
Davison Buckley	Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Dione Torquato	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Joci Aguiar	Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
José Carlos Galiza	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)
Júlio Barbosa	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Livia Pagotto	Instituto Arapyaú
Maiara Michele Beckrich Montano	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Maura Diloane dos Anjos Sarmento	Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)
Neidinha Suruí	Povo Suruí, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
Priscila Matta	Natura
Renata Piazzon	Instituto Arapyaú
Ricardo Abramovay	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP)
Sergio Guimarães	Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental
Socorro Penna	Universidade Federal do Oeste do Pará
Suely Araujo	Observatório do Clima
Tasso Azevedo	MapBiomas

Organizações envolvidas na construção desta Carta

Agropalma
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós
Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Conexus
Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)
Envolverde
Greenpeace
Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infraestrutura)
Imaflora
Imazon
Instituto Ethos
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto Talanoa
Movimento Tapajós Vivo
Natura
Nossas
Projeto Saúde & Alegria (PSA)
Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS)
Reos Partners
Synergia Consultoria
Universidade de Freiburg
Uma Concertação pela Amazônia
ViaFloresta
World Transforming Technologies (WTT)

Comitê Organizador do Fórum Amazônia Sustentável



Patrocinadores

